

MINISTÉRIOS DOS RECURSOS MINERAIS, DA ADMINISTRAÇÃO ESTATAL E DAS FINANÇAS

Diploma Ministerial n.º 245/2005

de 7 de Dezembro

Pelo Decreto n.º 25/2004, de 20 de Agosto, foi criado o Instituto Nacional de Petróleo e aprovado o respectivo Estatuto Orgânico.

Havendo necessidade de se aprovar o quadro de pessoal, nos termos do n.º 5 do artigo 19 do Decreto n.º 64/98, de 3 de Dezembro, os Ministros da Administração Estatal e das Finanças determinam:

Artigo 1. São aprovados os quadros de pessoal comum e privativo do Instituto Nacional de Petróleo, constantes do mapa em anexo ao presente Diploma Ministerial.

Art. 2. O preenchimento do quadro de pessoal fica condicionado à existência de disponibilidade orçamental.

Maputo, 24 de Outubro de 2005. – A Ministra dos Recursos Minerais, *Esperança Laurinda Francisco Nheuane Bias*. – O Ministro da Administração Estatal, *Lucas Chomera Jeremias*. – O Ministro das Finanças, *Manuel Chang*.

Quadro geral comum de pessoal do Instituto Nacional de Petróleo

Designação	Lugares
Funções de direcção e chefia:	
Director	4
Chefe de departamento central	1
Secretário executivo	5
<i>Subtotal</i>	10
Funções de confiança:	
Assistente	1
Assistente jurídico	2
Secretário particular	1
<i>Subtotal</i>	4
Carreiras específicas:	
Técnico superior de recursos minerais N1	12
Técnico superior de recursos minerais N2	2
<i>Subtotal</i>	14
Carreiras de regime geral:	
Especialista	4
Técnico superior N1	8
Técnico superior N2	2
Técnico superior de administração pública N1	2
Técnico superior de administração pública N2	1
<i>Subtotal</i>	17
<i>Total geral</i>	45

Quadro geral privativo

Designação	Lugares
Carreiras específicas:	
Técnico profissional de recursos minerais	5
<i>Subtotal</i>	5
Carreiras de regime geral:	
Técnico profissional em administração pública	5
Técnico profissional	5
Técnico	5
Assistente técnico	2
Auxiliar administrativo	2
Agente de serviço	3
Auxiliar	1
<i>Subtotal</i>	23
<i>Total geral</i>	28

MINISTÉRIOS DAS PESCAS, DAS FINANÇAS E DAS OBRAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO

Despacho

Por Decreto n.º 41/77, de 27 de Setembro, foi constituída a Empresa Moçambicana de Pescas, E.E (EMOPESCA, E.E) com objectivo de criar condições, ao nível do sector das pescas, para a captura de recursos pesqueiros, incluindo actividades decorrentes como a sua preparação, conservação, elaboração e transformação.

Para a prossecução do objectivo retromencionado, o Estado afectou à EMOPESCA, E.E, património diverso, do qual faz parte o imóvel sito na cidade de Maputo, Av. Fernão Magalhães, n.º 1051, registado na Conservatória do Registo Predial de Maputo sob n.º 8487, a folhas 128 do livro B/23.

Mostrando-se necessário clarificar a modalidade em que o referido imóvel é afectado à EMOPESCA, E.E, os Ministros das Pescas, das Finanças e das Obras Públicas e Habitação, no uso das competências conferidas pelos Decretos Presidenciais n.ºs 6/2000, de 28 de Março; 22/2005, de 27 de Abril; n.º 8/95, de 26 de Dezembro, respectivamente, determinam:

1. O Estado cede à EMOPESCA E.E, o imóvel sito na cidade de Maputo, Av. Fernão de Magalhães, n.º 1051, registado na Conservatória do Registo Predial de Maputo sob n.º 8487 a folhas 128 do livro B/23.

2. O imóvel referido no número anterior é integrado no património da EMOPESCA, E.E, sendo que o presente Despacho é o único documento válido para a transferência e registo definitivo da sua propriedade a favor da EMOPESCA, E.E.

Maputo, 3 de Maio de 2005. – O Ministro das Pescas, *Cadmiel Filiane Mutemba*. – O Ministro das Finanças, *Manuel Chang*. – O Ministro das Obras Públicas e Habitação, *Felício Pedro Zacarias*.